

## **A OFERTA DE COMPONENTES CURRICULARES SOBRE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS EM CURSOS DE PEDAGOGIA DA REGIÃO NORDESTE**

### *THE OFFER OF CURRICULAR COMPONENTS ON EDUCATION FOR YOUNG AND ADULTS IN PEDAGOGY COURSES IN THE NORTHEAST REGION*

### *LA OFERTA DE COMPONENTES CURRICULARES SOBRE EDUCACIÓN DE JÓVENES Y ADULTOS EN LOS CURSOS DE PEDAGOGÍA DE LA REGIÓN NORDESTE*

Eduardo Jorge Lopes da Silva<sup>1</sup>

Código DOI

#### **Resumo**

O artigo apresenta uma reflexão sobre a oferta de componentes curriculares em cursos de Pedagogia e o modo como esta oferta pode contribuir para a formação inicial de professores para atuar na Educação de Jovens e Adultos (EJA). Trata-se de um estudo de abordagem qualitativa, de natureza exploratória. Foram consultados dez Projetos Político-Pedagógicos disponibilizados nos sites de nove universidades federais da região Nordeste. As informações foram tratadas com base na Análise de Discurso (Fairclough, 2016). Examinou-se a oferta de componentes curriculares para a EJA dos cursos de licenciatura em Pedagogia. Os resultados mostram avanços quanto a formação inicial em alguns cursos consultados. Conclui-se, primordialmente, que a oferta de componentes sobre a EJA nas nove IES consultadas visa atender a uma determinação legal que impõe a oferta de tais disciplinas para contemplar uma formação mais generalista sobre o fenômeno da educação, inclusive da educação escolar e suas modalidades presentes na legislação brasileira.

**Palavras-chave:** Educação de Jovens e Adultos. Pedagogia. Formação inicial.

#### **Abstract**

The article presents a reflection on the provision of curriculum components in Pedagogy degree programs and how this provision can contribute to the initial training of teachers to work in Youth and Adult Education (EJA). It is a qualitative, exploratory study. Ten Political-Pedagogical Projects available on the websites of nine federal universities in the Northeast region of Brazil were analyzed. The information was examined using Discourse Analysis (Fairclough, 2016). The study focused on the offering of curriculum components related to EJA within Pedagogy degree programs. The results show progress in initial teacher training in some of the courses analyzed. It is concluded, primarily, that the inclusion of components on EJA in the nine institutions consulted aims to comply with a legal requirement that mandates the offering

---

<sup>1</sup> Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, Brasil. Email: [ejls@academico.ufpb.br](mailto:ejls@academico.ufpb.br) | Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5402-8880>

of such subjects to ensure a more generalist training on the educational phenomenon, including school education and its modalities as outlined in Brazilian legislation.

**Keywords:** Adult and Youth Education. Pedagogy. Initial Training.

### **Resumen**

El artículo presenta una reflexión sobre la oferta de componentes curriculares en los cursos de Pedagogía y la manera en que dicha oferta puede contribuir a la formación inicial de docentes para actuar en la Educación de Jóvenes y Adultos (EJA). Se trata de un estudio con un enfoque cualitativo, de carácter exploratorio. Se consultaron diez Proyectos Político-Pedagógicos disponibles en los sitios web de nueve universidades federales de la región Nordeste de Brasil. La información fue analizada con base en el Análisis del Discurso (Fairclough, 2016). Se examinó la oferta de componentes curriculares relacionados con la EJA en los cursos de licenciatura en Pedagogía. Los resultados muestran avances en cuanto a la formación inicial en algunos de los cursos analizados. Se concluye, principalmente, que la oferta de componentes sobre la EJA en las nueve instituciones de educación superior consultadas tiene como objetivo cumplir con una exigencia legal que impone la inclusión de dichas asignaturas para contemplar una formación más generalista sobre el fenómeno educativo, incluyendo la educación escolar y sus modalidades presentes en la legislación brasileña.

**Palabras clave:** Educación de Jóvenes y Adultos. Pedagogía. Formación inicial.

### **Introdução**

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) desempenha um papel crucial na promoção da equidade educacional, permitindo que pessoas de diferentes idades tenham acesso à educação formal, como garantia e exercício do seu direito público e subjetivo. No entanto a formação de professores(as) para atuarem nessa modalidade enfrenta diversos desafios, desde a oferta de componentes curriculares específicos e/ou que abordem sobre a EJA nos ementários, até questões estruturais que impactam diretamente na qualidade do ensino. Nesse contexto, este artigo propõe uma análise sobre o modo como a oferta de disciplinas nos cursos de licenciatura em Pedagogia de universidades da região Nordeste do Brasil, cujos campi se localizam nas capitais dos estados, contribuem com a formação inicial de profissionais capacitados para atuarem na EJA.

Entre as justificativas deste trabalho, evidencia-se, pelo total de matrículas de toda a educação básica nacional<sup>2</sup>, que a EJA é responsável por 5,47% desse contingente (INEP, 2024). E a região Nordeste, por 50,08% do total de matrículas na modalidade, como se pode constatar na Tabela 1.

---

<sup>2</sup> Segundo dados oficiais, em 2024 foram matriculados 47.088.922 estudantes em toda a educação básica no Brasil (INEP, 2025).

**Tabela 1** – Matrículas totais no Ensino Fundamental e Médio na Educação de Jovens e Adultos por Região do País em 2023

| Região                | Números matrículas | % das matrículas |
|-----------------------|--------------------|------------------|
| Norte                 | 281.753            | 10,88            |
| Nordeste              | 1.297.101          | 50,08            |
| Sudeste               | 634.748            | 24,51            |
| Sul                   | 217.981            | 8,42             |
| Centro-Oeste          | 158.232            | 6,11             |
| <b>Brasil – total</b> | <b>2.589.815</b>   | <b>100,00</b>    |

**Fonte:** Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Sinopse Estatística da Educação Básica 2023. [online]. Brasília: Inep, 2024.

Esse dado salienta a relevância da EJA como instrumento de promoção da inclusão educacional em uma região que, historicamente, enfrenta desafios socioeconômicos e educacionais. A alta representatividade da EJA no Nordeste ressalta a necessidade de políticas públicas educacionais específicas para essa região, visando garantir o acesso e a permanência dos jovens e adultos na escola, como também o investimento em formação inicial de professores para a presente modalidade.

No que se refere à formação inicial de docentes no Brasil, ela é regulamentada pela Constituição Federal de 1988<sup>3</sup>, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/96, Art. 62) e pela Resolução CNE/CP Nº 2/2019, a qual determina as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação).

A partir desses três referenciais, são criados os demais encaminhamentos pertinentes à formação do professor para a modalidade em questão, como os Projetos Político-Pedagógicos dos cursos de licenciaturas e a previsão das modalidades da educação. A EJA, como uma das modalidades da educação básica, possui suas Diretrizes Curriculares Nacionais, aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), pela Resolução CNE/CEB nº 1/2000, antecedida pelo Parecer/CEB nº 11/2000<sup>4</sup>, como também pela Resolução nº 1/2021 que institui as diretrizes operacionais para a Educação de Jovens e Adultos nos

<sup>3</sup> “valorização dos profissionais do ensino, garantido, na forma da lei, plano de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, assegurado regime jurídico único para todas as instituições mantidas pela União” (Art. 206, V, C. F. 1988, p. 95).

<sup>4</sup> Trata-se de um parecer, cujo conteúdo são Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, elaborado pelo relator conselheiro da época, Prof. Carlos Roberto Jamil Cury, o qual deu base para a Resolução CNE/CEB nº 1/2000, a qual estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos.

aspectos relativos ao seu alinhamento à Política Nacional de Alfabetização (PNA), à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e à Educação de Jovens e Adultos a Distância. Dispositivos legais, estes, importantes para se fomentar a formação inicial de professores(as) para o exercício profissional nesta modalidade, como também o incentivo de políticas públicas.

Portanto, no Brasil, o discurso em defesa do exercício profissional docente é norteado por dispositivos jurídicos educacionais estabelecidos por órgãos competentes da governamentalidade, a exemplo do CNE. Governamentalidade aqui entendida como as “táticas de governo que permitem definir a cada instante o que deve ou não competir ao Estado, o que é público ou privado, o que é ou não estatal, etc.” (Foucault, 2008, p. 292).

Assim, no tocante à formação inicial de professores, há uma dada ordem do discurso que orienta essa formação, através dos preceitos legais da legislação vigente no país, bem como das demais legislações pertinentes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação, a exemplo de pareceres e resoluções. Estes, por conseguinte, orientam a elaboração dos Projetos Político-Pedagógicos dos cursos de graduação, entre eles, os de licenciatura, presente no lugar de emergência do discurso acadêmico.

O discurso da formação de professores para a modalidade Educação de Jovens e Adultos no Brasil possui como norte, o Parecer/CEB n. 11/2000 (publicado no *Diário Oficial da União*, em 19/07/2000, Seção 1, p. 18)<sup>5</sup>. No Parecer, evidencia-se o enunciado que considera a EJA como um direito de todo o cidadão, ao longo da vida e de modo permanente, ratificando, portanto, as três últimas declarações das conferências internacionais de Educação de Adultos (CONFINTEA), promovidas pela UNESCO: Hamburgo/Alemanha, em 1997, com o discurso da “Educação ao longo da vida”; Belém/Brasil, em 2009, com o discurso do “fortalecimento do direito à educação ao longo da vida para todos” (UNESCO, 2010, p. 3) e Marrakech/Marrocos, em 2022, com o discurso “ la necesidad de promover el aprendizaje a lo largo de toda la vida” (UNESCO, 2023, p. 2).

No que se refere à formação de docentes para a EJA, no item VIII do sobredito Parecer, constatarem-se enunciados que orientam a formação (seja ela nas etapas inicial, continuada ou em

---

<sup>5</sup> O presente Parecer é um documento extenso, dividido em 10 itens principais. O item VIII é o reservado à “Formação Docente para a Educação de Jovens e Adultos”. Ele apresenta uma consistente base histórica da EJA, além de expor os seus fundamentos e as suas funções. Também descreve suas bases legais para as Diretrizes Curriculares Nacionais, a partir da Constituição Imperial de 1824 até o limiar dos anos 2000. Entre os demais documentos citados (Resolução CNE/CP Nº 2/2019 e Resolução Nº 1/2021), ele é o único que sinaliza, de modo específico, para a formação de professores(as) no campo da EJA.

serviço)<sup>6</sup> que se dê com base nos dispositivos legais vigentes (LDB 9394/96), contemplando, além da formação pessoal e profissional, as especificidades do educando(a) jovem e adulto.

Em síntese, o enunciado presente no discurso alusivo à formação em foco chama a atenção para a superação do entendimento herdado de que o professor da EJA não deveria apresentar apenas “boa vontade” ou ser um voluntário “idealista”, mas “um docente que se nutre do geral e também das especificidades que a habilitação como formação sistemática requer” (Parecer CEB nº 11/2000, p. 114). Em outras palavras, o que se espera do professor, para o exercício na EJA, são as competências necessárias a tal finalidade, manifestas nas dimensões técnica, política e pedagógica (Candau, 2002; Freire, 2005; Haidt, 2004; Libâneo, 2003; Pimenta, 2005; Rios, 2003).

Nessa direção, o presente artigo propõe uma reflexão sobre a oferta de componentes curriculares nos cursos de licenciatura em Pedagogia e o modo como essa pode contribuir para a formação inicial de professores voltados à atuação na Educação de Jovens e Adultos (EJA). Discute-se, ainda, o desafio que é formar profissionais para essa modalidade, considerando, entre outros aspectos, a expressiva diminuição das matrículas na EJA nos últimos dez anos em todo o país<sup>7</sup>.

Entre 2019 e 2022, por exemplo, a modalidade permaneceu à margem das políticas públicas educacionais, apesar das garantias constitucionais asseguradas desde 1988, nos artigos 205 e 206, com destaque para o inciso IX, que estabelece a 'garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida' (Brasil, 1988, grifo nosso). Soma-se a esse cenário os altos índices de evasão escolar, reflexo de uma histórica negligência em relação a investimentos que promovam o acesso e a permanência dos educandos

---

<sup>6</sup> Relativamente aos conceitos, aqui adotados, sobre a formação inicial, a formação continuada ou em serviço, reporta-se à pesquisa de Nunes (2000), em sua tese de doutoramento. Segundo essa pesquisadora, a formação inicial acontece em cursos de formação de professores “quer sejam no âmbito do ensino médio, quer sejam no ensino superior, têm como objetivo produzir a profissão docente, habilitando o futuro profissional para o exercício do magistério” (p. 34). A formação continuada ou em serviço pode ser definida como aquela que objetiva “aperfeiçoar, reciclar o professor, suprir conhecimentos, atualizá-los com os conhecimentos disponíveis na atualidade; desenvolver pessoal e profissionalmente o professor para a construção da identidade profissional e do estatuto da profissão” (p. 72).

<sup>7</sup> A série histórica de matrículas na EJA no Brasil, considerando os últimos 9 anos (2016 a 2024), a modalidade teve uma redução de mais de um milhão de matrículas. Em 2016, por exemplo, o número de matriculados eram de 3.482.174 (Brasil, 2016), e, em 2024 o quantitativo foi de 2.391.319 (Brasil, 2024).

na EJA. Tais desafios são agravados por fatores socioeconômicos que interferem diretamente no cotidiano do público-alvo dessa modalidade<sup>8</sup>.

Uma importante observação quanto à diminuição das matrículas na modalidade EJA, a partir da implantação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), em 2007, por meio do qual a EJA passou a receber recursos específicos, Carvalho (2011, p. 148) levanta algumas hipóteses, entre as quais destacamos:

[...] os baixos fatores de ponderação para essa modalidade pode ser um dos principais motivos que desestimulam tais gestores a investir em cursos da EJA. O teto de 15% das matrículas de EJA no tocante ao total das matrículas do Fundeb, ainda que tão-somente no aspecto simbólico, pode ser outro fator a inibir o investimento em EJA.

Carvalho (2011) também cita outros estudos (Arroyo, 2005; Machado, 2009; Martins, 2008), os quais sustentam que o Fundeb ao contemplar a EJA não levou em consideração sua natureza singular, que difere dos demais níveis da educação básica nacional.

Ainda é desafio para a modalidade a superação de um currículo similar ao de crianças e adolescentes, pouco adequados às demandas e expectativas dos jovens, adultos e idosos (Souza, 2020) e da compreensão de formação continuada *versus* formação pontual, sem caráter de continuidade (Silva, 2011; Silva; Lins; Silva, 2016; Silva; Batista Neto, 2012). Tudo isso, reforça ainda mais que os gestores públicos precisam dar atenção a esse assunto.

No item seguinte, faremos uma breve reflexão acerca da formação inicial, foco deste artigo.

### **Formação inicial do(a) professor(a) para a Educação de Jovens e Adultos: breves reflexões**

O debate sobre a formação de professores tem ocupado um lugar central nas discussões educacionais, especialmente no que diz respeito ao papel das universidades nesse processo. Concordando com autores como Souza (2007) e Scheibe (2006), este artigo parte da premissa de que as universidades devem ser o espaço privilegiado para a formação inicial e continuada de professores, dada a sua

---

<sup>8</sup> Para aprofundar a questão da evasão escolar na Educação de Jovens e Adultos (EJA), o artigo de Nascimento (2022) oferece uma discussão relevante, evidenciando que essa problemática é impulsionada por fatores de ordem social, política, cultural e econômica.

capacidade única de combinar ensino, pesquisa, extensão e gestão. Nesse contexto, busca-se explorar a importância desse espaço acadêmico na construção de saberes sistematizados e na articulação entre teoria e prática, fundamentais para uma formação consistente da profissão docente.

A formação inicial se configura como o alicerce fundamental para o futuro profissional de qualquer indivíduo. Ela representa a porta de entrada para o exercício de uma profissão, fornecendo as ferramentas e os conhecimentos necessários para que o indivíduo possa atuar com responsabilidade e competência em um mundo em constante transformação, conforme assevera Silva (2011), em sua tese. No caso específico da formação de professores, como bem pontuado por Imbernón (2006) e Luckesi (2002), essa etapa assume um papel ainda mais crucial. Ela não se limita apenas à transmissão de conhecimento técnico, também visa à construção de um profissional reflexivo, crítico e engajado com a realidade social.

A formação inicial, portanto, é o alicerce sobre o qual se constrói a carreira de um educador. Ela é fundamental para garantir que os professores estejam devidamente preparados para exercer sua profissão com competência, ética e responsabilidade. Ela é essencial para que as instituições de ensino superior e os sistemas de formação de professores invistam na melhoria contínua dos currículos e metodologias de ensino, a fim de garantir uma formação inicial de qualidade que atenda às exigências e aos desafios do mundo contemporâneo.

Nessa direção, a formação de professores para atuar na Educação de Jovens e Adultos deve ocorrer nos cursos de licenciatura, conforme Parecer CEB 11/2000. Esses cursos são oferecidos em universidades públicas e em outras instituições de ensino superior devidamente autorizadas pelo Ministério da Educação (MEC). A análise do Parecer leva à compreensão de que tal formação tem respaldo legal. Assim, os cursos de licenciatura em áreas como Ciências Biológicas, Letras, História, Geografia, Matemática, Sociologia, Filosofia, Química e Física, além da Pedagogia, podem abordar a EJA em sua formação inicial de professores. Essa abordagem pode se dar como área de aprofundamento, pesquisa e extensão, de acordo com as respectivas propostas pedagógicas curriculares, uma vez que a EJA se constitui em uma das modalidades da educação básica nacional.

Essa compreensão ganha força nas reflexões de Ribeiro (1999, p. 197), ao defender que “a problemática da educação de jovens e adultos merece compor o currículo de formação básica de todos os educadores”. No entanto, além da formação nos cursos de licenciatura, cabe lembrar que a formação

do professor para a EJA também ocorre com a experiência da prática, do cotidiano das relações em sala de aula e na escola, como ressalta Di Pierro *et al.* (2006, p. 283): “Não raras vezes, o educador, qualquer que seja sua escolaridade, constitui-se na prática e, desafiado por ela, procura a formação acadêmica, que, nesse caso, não pode ser denominada inicial”.

Nesse sentido, o desafio para as licenciaturas é a superação do entendimento de que a Educação de Jovens e Adultos não se limita apenas a etapa da alfabetização e às séries iniciais do Ensino Fundamental, negando que a EJA está presente em todos os níveis da Educação Básica, inclusive no Ensino Profissionalizante.

A formação do professor para essa modalidade, segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos (Parecer, CEB nº 11/2000, p. 115-120), apresenta, em seu discurso, os seguintes enunciados orientadores de tal formação, ou seja: a) que leve em consideração “as especificidades dos educandos”; b) que crie “espaços específicos para a formação e atuação do educador”; c) que se construam e se organizem “materiais didáticos específicos”; d) que se invista “em metodologias que não infantilizem o aluno jovem e o adulto”; e) que se formem “docentes para atuar tanto na modalidade do ensino presencial como a do ensino a distância”; e f) que se fomente a “parceria entre as instituições formadoras de ensino superior e os sistemas de ensino para a promoção da formação continuada e em serviço”.

Alguns desses enunciados aderem ao que Silva (2011) analisou em sua tese, ao ressaltar que esta deveria considerar os seguintes princípios: “o educando jovem e adulto como fio condutor da formação do professor para a EJA”; “o educando jovem e adulto, o seu direito à educação e a professores qualificados”; e, “o diálogo como princípio educativo da EJA e da formação de professores”.

Os enunciados referentes à formação inicial do professor para a EJA, a partir do Parecer 11/2000, reforçam a ideia de que esta procure ser obrigatória para os cursos que se submetem à LDB atual, podendo servir de referência para os alfabetizadores vinculados aos quadros extraescolares, com vistas à elevação de sua escolaridade, seja em nível médio (cursos normais), seja em nível superior (cursos de licenciaturas). Desse modo, enfatiza-se o discurso favorável a que a formação do professor para a EJA deva acontecer, no mínimo, nos cursos de formação de professores de nível médio. Esse cumprimento de base legal romperia

com a concepção de que qualquer pessoa pode ministrar aulas para jovens e adultos, principalmente na etapa da alfabetização.

Desse ponto de vista, quebra ou busca quebrar a “herança maldita” de que qualquer pessoa que saiba ler ou escrever estaria apta a ser professor alfabetizador na EJA. Esse enunciado remete à questão da qualidade do ensino para essa modalidade de educação, pois a EJA, em pleno século de avanço tecnológico e científico, não pode ser concebida como a modalidade onde qualquer pessoa, mesmo com formação superior, esteja habilitada para ensinar a jovens e adultos. Também não se poderia conceber que tudo o que se ensina para o aluno de EJA serve para ele, ou que o currículo, as técnicas e as metodologias empregados no fazer didático-pedagógico com os discentes no turno diurno, são suficientes para esse educando aprender algo, ou simplesmente fazer dele um mero decodificador dos signos linguísticos.

A concepção de que qualquer conhecimento serve para o educando da EJA é preconceituosa e negadora do direito à educação e à aprendizagem. “Por isso, os docentes deverão se preparar e se qualificar para a constituição de projetos pedagógicos que considerem modelos apropriados às características e às expectativas” [desse perfil de educandos] (Parecer CEB nº 11/2000, p. 115).

Destaque-se que a formação inicial, como também a continuada, deve considerar que “a EJA é uma categoria organizacional constante da estrutura da educação nacional, com finalidades e funções específicas” (*ibidem*, p. 31). Desse modo, a formação inicial, adequada para atender a determinados perfis de educandos, torna-se imprescindível para a melhoria da qualidade do ensino, para uma educação de fato capaz de contribuir na construção de sujeitos autônomos e cidadãos plenos, com seus potenciais humanos despertados e valorizados.

Ainda, identifica-se o enunciado que afirma que a adequação do ensino às especificidades da EJA tem a finalidade de colaborar com “a permanência na escola [dos alunos jovens e adultos], via ensino, com conteúdos trabalhados de modo diferenciado com métodos e tempos intencionados ao perfil deste educando” (*ibidem*, p. 116). Esse enunciado chama a atenção para que a formação inicial de professores para a EJA possa também tratar da evasão escolar, fenômeno muito presente na realidade dessa modalidade de educação.

Pode-se compreender, com isso, que a formação inicial para a EJA resulta em profissionais da educação competentes, criativos e bem-informados sobre as necessidades e as especificidades dos educandos, através do trabalho com conteúdo, métodos e tempos específicos à realidade deles.

Outro dado possível do enunciado em análise é o fato de o mesmo relacionar formação específica para a EJA com a possibilidade de minimização do fenômeno da evasão escolar. Isso relata que a permanência do educando da EJA na escola está condicionada à formação de bons docentes, cujas habilidades estejam em sintonia com as necessidades educativas destes. O enunciado em referência também expressa a vontade de verdade, já constatada desde 1958, no II Congresso Nacional de Educação de Adultos, por Paulo Freire e sua equipe, quando defenderam que a EJA se realizasse conforme as “suas cores e a realidade dos adultos” e com a devida atenção especial à formação de professores especializados: “a quem se deve deixar em dia com as técnicas da educação de grupos, com o uso acertado e conveniente dos recursos audiovisuais de que não só pode, mas deve lançar mão no seu trabalho educativo” (Freire, 1958, p. 7).

Percebe-se, então, que a formação do professor para a EJA, no limiar do século XXI, procura estar em sintonia com os recursos tecnológicos capazes de propiciar, primeiro, ao professor, desenvolvimento de suas habilidades profissionais e, segundo, aos educandos, acesso a tais recursos, como forma de capacitá-los profissionalmente, sem perder o alvo da sua formação humana. Também almeja que a formação de professores, em sintonia com as necessidades e as especificidades da EJA, possa contribuir para minimizar o fenômeno do abandono escolar, cujos índices no país ainda são bastante expressivos. Segundo dados do MEC/INEP/DEED (2024, p. 7), “O número de matrículas da Educação de Jovens e Adultos (EJA) diminuiu 20,9% entre 2019 e 2023, chegando a 2,6 milhões em 2023”.

Não há uma análise pontual dessa diminuição, porém o que se constata é que “diferenciados fatores como a descontinuidade de políticas públicas para a formação de professores, a ausência de políticas avaliativas de currículos para as licenciaturas e, ainda, as novas demandas apresentadas pela sociedade atual”, concordando com Borges e Souza (2023, p. 4), colaboram para manter a EJA em posição marginal na educação brasileira. Contrários a essa lógica política, Di Pierro, Joia e Ribeiro (2000, p. 76), ao refletirem sobre a situação atual da EJA no Brasil, asseveram que: “Em tal contexto cultural, a educação

de adultos poderia deixar de ser associada ao atraso e à pobreza e passar a ser tomada como indicador do mais alto grau de desenvolvimento econômico e social”.

Outro enunciado concernente à formação inicial de docentes para a EJA revela que essa formação leva em consideração as distâncias que dificultam o acesso de jovens e adultos às salas de aulas. Dessa maneira, “a formação de docentes para a EJA, com maior razão deve propor o apropriar-se de recursos [rádios, televisão, teleconferências, computadores etc., pelos quais os docentes possam contribuir com a democratização do acesso ao conhecimento]” (Parecer CEB nº 11/2000, p. 118). Reforça-se, portanto, o discurso em favor da formação do professor para atuar na modalidade EJA a distância (EAD/EJA).

A educação a distância, como bem expressa o presente Parecer, não é novidade na história da EJA no Brasil. Em 1957, foi criado o Sistema Rádio-educativo Nacional (SIRENA), cuja contribuição foi decisiva para o desenvolvimento da rádio educação (Paiva, 2003).

O rádio foi um meio muito importante de difusão e democratização do acesso à educação no país, cuja extensão territorial e diversidade cultural são das maiores. Atualmente, não apenas o rádio é um importante veículo de educação. Aliadas a ele, a televisão, a informática e a *internet* constituem importantes meios de democratização do acesso ao saber escolar entre as camadas jovens e adultas do país. Contudo, sem apoio para o acesso e a permanência desses jovens e adultos aos meios tecnológicos com qualidade, torna-se difícil viabilizar uma dada política de escolarização para este contingente de educandos, pois, conforme Andrade, Silva e Scortegagna (2023, p. 12), ao discutir os desafios enfrentados pelos docentes da EJA do município de João Pessoa – PB, para ensinar idosos durante a pandemia de Covid-19, contatam que

A falta de domínio e/ou a ausência do uso das ferramentas tecnológicas associadas à adequação das metodologias geram grandes problemas a discentes e docentes, com destaque para os alunos idosos. O reflexo disso foi percebido ao longo do ano de 2020, quando as escolas tiveram que mudar suas práticas de ensino presencial para o ensino remoto, sendo necessária a incorporação do uso de plataformas digitais, tais como *Google Meet*, *Zoom*, entre outras.

Os enunciados referentes à formação do professor para a EJA não deixam de contemplar tais possibilidades e recursos audiovisuais e digitais em suas propostas pedagógicas, com vistas ao ensino de qualidade e à democratização do acesso à educação escolar para este contingente da população.

Diante do exposto, cujos enunciados reforçam a necessidade de formação específica de professores para a modalidade em foco, indaga-se: que modelo de formação de professores para a EJA tem se construído no país? Para Arroyo (2006) e Di Pierro *et al.* (2006), a ausência de políticas públicas oficiais para a EJA ou a posição marginal que ela ocupa, no rol destas mesmas políticas, não permitiram ainda que se criassem parâmetros em torno do perfil e da formação de professores e professoras para essa modalidade de ensino. Isso faz com que ainda não existam diretrizes para a formação docente específica para a EJA.

A formação desse profissional, até então, esteve à margem das iniciativas políticas do MEC, ou não se configurou em interesse público oficial, entendendo-se que basta qualquer formação, isto é, qualquer licenciatura, ou mesmo que o pretendo professor seja uma pessoa alfabetizada, para poder ensinar na Educação de Jovens e Adultos.

Essa questão ainda é um desafio no Brasil, pois, conforme o próprio Ministério da Educação/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Brasil, 2009), os esforços para a formação continuada dos professores para a EJA, por meio das redes públicas, trazem resultados ainda modestos. A respeito da formação inicial, o MEC aponta o fato de que os cursos de licenciaturas das universidades não se interessam pela EJA como foco de formação específica para atuação de professores, conforme discurso abaixo:

Mesmo na formação de pedagogos, considerando o elevado número de cursos superiores existentes no país (mais de mil e quinhentos), são poucos aqueles que, sistematicamente, assumem a formação de educadores de jovens e adultos (menos de 2%). É de reconhecer as iniciativas pontuais e crescentes de vários desses cursos ao incluir disciplinas que abordam a EJA e/ou ao criar núcleos que dinamizam a prática e a formação específica desse educador (Brasil, 2009, p. 42).

Para exemplificar, sistematizou-se dois quadros (Quadro 1 e Quadro 3), a partir da consulta aos Projetos Político-Pedagógicos de nove cursos de Pedagogia de universidades federais, identificando como a EJA aparecia na formação inicial de professores, a partir da oferta de componentes curriculares específicos e/ou que fizesse menção à mobilidade no ementário.

**Quadro 01** – Oferta de componentes curriculares específicos sobre a EJA (obrigatórios e opcionais) nos cursos de Licenciatura em Pedagogia

| INSTITUIÇÃO                                                                                                                | ANO DO PPP | COMPONENTE CURRICULAR/CARGA HORÁRIA NATUREZA/PERÍODO/NÍVEL                                                                                          | CARGA HORÁRIA TOTAL |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------|
| <b>Universidade Federal do Maranhão</b> <sup>9</sup><br>São Luiz <sup>10</sup> (Noite)                                     | 2009       | Fundamentos da Educação de Jovens e Adultos – 60h/Obrigatória/4º Período                                                                            | 180                 |
|                                                                                                                            |            | História e Política da Educação de Jovens e Adultos – 60h/Obrigatória/5º Período                                                                    |                     |
|                                                                                                                            |            | Processos Metodológicos da Educação de Jovens e Adultos – 60h/Obrigatória/6º Período                                                                |                     |
| <b>Universidade Federal do Piauí</b><br>Teresina <sup>11</sup> (Manhã, Tarde e Noite)                                      | 2019       | Fundamentos da Educação de Jovens e Adultos – 60h/Obrigatória/3º Nível                                                                              | 135                 |
|                                                                                                                            |            | Didática da Educação de Jovens e Adultos – 75h/Obrigatória/6º Nível                                                                                 |                     |
| <b>Universidade Federal do Ceará</b><br>Fortaleza <sup>12</sup> (Manhã e Tarde)                                            | 2020       | Educação Popular e de Jovens e Adultos – 64h/Obrigatória/4º Período                                                                                 | 128                 |
|                                                                                                                            |            | Estágio II no Ensino Fundamental – Educação de Jovens e Adultos (EJA) – 64h/Opcional/8º Período                                                     |                     |
| <b>Universidade Federal do Rio Grande do Norte</b><br>Natal <sup>13</sup> (Tarde e Noite)                                  | 2017       | Educação de Jovens e Adultos – 60h/Obrigatória/4º Período                                                                                           | 180                 |
|                                                                                                                            |            | Educação ao Longo da Vida e Suas Práticas – 60h/Optativa/6º Período                                                                                 |                     |
|                                                                                                                            |            | Práticas Pedagógicas em Educação Popular e Educação de Jovens e Adultos – 60h/Optativa/6º Período                                                   |                     |
| <b>Universidade Federal da Paraíba/ Área de Aprofundamento em EJA)</b><br>João Pessoa (Manhã, Tarde e Noite) <sup>14</sup> | 2006       | Educação de Jovens e Adultos – 60h ( <b>todos estudantes</b> ) /Obrigatória/7º Período (D)                                                          | 300                 |
|                                                                                                                            |            | Fundamentos Históricos da Educação de Jovens e Adultos – 60 h (AP) 8º Período (D) e/ou 9º Período (N) Obrigatória ( <b>Área de Aprofundamento</b> ) |                     |
|                                                                                                                            |            | Alfabetização de Educação de Jovens e Adultos – 60h (AP) 8º Período (D) e/ou 9º Período (N) ( <b>Área de Aprofundamento</b> )                       |                     |
|                                                                                                                            |            | Educação e Movimentos Sociais – 60 h Obrigatória/8º Período (D) e/ou 9º Período (N) ( <b>Área de Aprofundamento</b> )                               |                     |
|                                                                                                                            |            | Cultura e Educação de Jovens e Adultos - 60h Optativa/8º Período (D) e/ou 9º Período (N) ( <b>Área de Aprofundamento</b> )                          |                     |

<sup>9</sup> Na UFMA, os componentes curriculares voltados à Educação de Jovens e Adultos, no curso de Pedagogia oferecido no turno da tarde, são classificados como optativos, conforme consta na Estrutura Curricular 23, implementada em 2025.

Disponível em: [https://sigaa.ufma.br/sigaa/public/curso/curriculo\\_curso.jsf?lc=pt\\_br&lc=pt\\_br&id=85817](https://sigaa.ufma.br/sigaa/public/curso/curriculo_curso.jsf?lc=pt_br&lc=pt_br&id=85817)

<sup>10</sup> Disponível em <https://sigaa.ufma.br/sigaa/link/public/curso/curriculo/86229>

<sup>11</sup> Disponível em <https://sigaa.ufpi.br/sigaa/public/curso/curriculo.jsf>

<sup>12</sup> Disponível em

<https://www.si3.ufc.br/sigaa/public/curso/curriculo.jsf;jsessionid=BA2BB7E469A765E8853B40683D9F777C.node22>

<sup>13</sup> Disponível em [https://sigaa.ufrn.br/sigaa/public/curso/ppp.jsf?lc=pt\\_BR&id=2000063](https://sigaa.ufrn.br/sigaa/public/curso/ppp.jsf?lc=pt_BR&id=2000063)

<sup>14</sup> Disponível em [https://sigaa.ufpb.br/sigaa/public/curso/ppp.jsf?lc=pt\\_BR&id=1626698](https://sigaa.ufpb.br/sigaa/public/curso/ppp.jsf?lc=pt_BR&id=1626698)

|                                                                                                                                                 |      |                                                                                                                 |     |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
|                                                                                                                                                 |      | Estágio Supervisionado V (EJA) Obrigatória/8º Período (D) e/ou 9º Período (N) ( <b>Área de Aprofundamento</b> ) |     |
| <b>Universidade Federal da Paraíba</b><br><b>Pedagogia com área de aprofundamento em Educação do Campo</b><br>João Pessoa (Noite) <sup>15</sup> | 2018 | Fundamentos da Educação de Jovens e Adultos – 60h/Obrigatória/4º Período                                        | 120 |
|                                                                                                                                                 |      | Organização e Prática da Educação de Jovens e Adultos– 60h/Obrigatória/8º Período                               |     |
| <b>Universidade Federal de Pernambuco</b><br>Recife <sup>16</sup> (Manhã, Tarde e Noite)                                                        | 2007 | Educação de Jovens e Adultos – 45h/Obrigatória/6º Período                                                       | 120 |
|                                                                                                                                                 |      | Seminário Docência e Educação Infantil e Educação de Jovens e Adultos-15h/Obrigatória/7º Período                |     |
|                                                                                                                                                 |      | Estágio na Educação de Jovens e Adultos – 60h Optativa/7º Período                                               |     |
| <b>Universidade Federal de Alagoas</b><br>Maceió <sup>17</sup> (Manhã, Tarde e Noite)                                                           | 2019 | Educação de Jovens e Adultos – 36h/Obrigatória/7º Período                                                       | 168 |
|                                                                                                                                                 |      | Saberes e Didática do Ensino de Educação de Jovens, Adultos e Idosos – 72h/Obrigatória/8º Período               |     |
|                                                                                                                                                 |      | Políticas Públicas para Educação em Prisões – 60h/Eletiva/9º Período                                            |     |
| <b>Universidade Federal do Sergipe</b><br>São Cristóvão <sup>18</sup> (Tarde e Noite)                                                           | 2011 | Educação de Adultos – 60h/Obrigatória/5º Período (Tarde) e Obrigatória/6º Período (Noite)                       | 60  |
| <b>Universidade Federal da Bahia</b><br>Salvador <sup>19</sup> (Diurno e Noturno)                                                               | 2012 | Educação de Jovens e Adultos – 68h/Obrigatória/5º Período                                                       | 68  |

**Fonte:** Sites das IES elencadas no Quadro 1, 2024.

Os dados do Quadro 1 serão analisados no item Desafios da formação do(a) professor(a) para a Educação de Jovens e Adultos. A seguir, apresenta-se a metodologia que direcionou o presente estudo.

<sup>15</sup> Disponível em [https://sig-arq.ufpb.br/arquivos/2020113096ff621897653a3837fde6696/Pedagogia\\_Ed.\\_do\\_Campo\\_-\\_Rsep33\\_18.pdf](https://sig-arq.ufpb.br/arquivos/2020113096ff621897653a3837fde6696/Pedagogia_Ed._do_Campo_-_Rsep33_18.pdf)

<sup>16</sup> Disponível em [https://www.ufpe.br/documents/39399/0/pedagogia\\_perfil\\_1322.pdf/43b7d557-c354-47a2-a826-ba5cf695a8d0](https://www.ufpe.br/documents/39399/0/pedagogia_perfil_1322.pdf/43b7d557-c354-47a2-a826-ba5cf695a8d0)

<sup>17</sup> Disponível em <https://ufal.br/estudante/graduacao/cursos?unidade=819>

<sup>18</sup> Disponível em [https://www.sigaa.ufs.br/sigaa/public/curso/curriculo.jsf?lc=pt\\_BR&id=320229](https://www.sigaa.ufs.br/sigaa/public/curso/curriculo.jsf?lc=pt_BR&id=320229)

<sup>19</sup> Disponível em [https://faced.ufba.br/sites/faced.ufba.br/files/curriculo\\_do\\_curso\\_de\\_licenciatura\\_em\\_pedagogia.pdf](https://faced.ufba.br/sites/faced.ufba.br/files/curriculo_do_curso_de_licenciatura_em_pedagogia.pdf)

## Metodologia

Este estudo se caracteriza como qualitativo, haja vista a realização de pesquisa de natureza exploratória, caracterizada por “apenas levantar informações sobre um determinado objeto, delimitando assim um campo de trabalho, mapeando as condições de manifestação desse objeto” (Severino, 2013, p. 123), com consulta aos Projetos Político-Pedagógicos disponibilizados nos sites de nove universidades públicas federais, situadas nas capitais da região Nordeste<sup>20</sup>. A escolha das Instituições de Ensino Superior (IES) foi baseada no seguinte critério: estar situada na região Nordeste; ser pública e federal; e, ofertar o curso de Pedagogia no formato presencial. Os critérios se justificam em decorrência do elevado número de instituições de ensino superior na região, pública e privada, com 594 IES ofertando cursos presenciais e 159 cursos EAD, segundo dados do SEMESP (2024 *online*)<sup>21</sup>.

Nesse contexto, a consulta a todas as instituições seria inviável. Diante disso, optou-se por analisar a oferta de componentes curriculares dos cursos de licenciatura em Pedagogia de universidades públicas federais localizadas nas 9 (nove) capitais dos estados da região, delimitando, assim, a amostragem em 10 cursos, considerando que a UFPB/João Pessoa possui dois cursos de licenciatura em Pedagogia, como é possível observar no Quadro 1.

Em abril de 2024 foram consultados os sites das instituições de ensino superior (IES), buscando-se informações sobre os cursos presenciais de Pedagogia, no Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA), com o objetivo de identificar quais deles ofereciam componente curricular sobre a Educação de Jovens e Adultos na formação inicial de professores. Nesse caso, se buscou o documento Projeto Político-Pedagógico (PPP) disponibilizados nos sites e no SIGAA. Nos PPP também foi necessária observar as ementas dos demais componentes curriculares, para identificar se havia alguma menção à EJA, como conteúdo.

As informações coletadas foram compiladas nos Quadros 1 e 3 e serviram de base para reflexões sobre os desafios da formação de educadores para a EJA no cenário atual, com foco na formação inicial.

---

<sup>20</sup> Cabe ressaltar que o recorte cronológico adotado para a análise dos Projetos Político-Pedagógicos dos cursos considerou o ano de início de sua vigência, conforme encontra-se disponibilizado no site dos respectivos cursos/instituições consultadas e na segunda coluna do Quadro 1.

<sup>21</sup> Informação disponível em <https://www.semesp.org.br/mapa/educacao-11/regioes/nordeste/>

Como ferramenta de análise, adotou-se o exame do discurso presente nos Projetos Político-Pedagógicos (PPPs). Para isso, foram eleitas três categorias centrais: a) discurso, entendido como “um conjunto de enunciados, na medida em que se apoiam na mesma formação discursiva” (Foucault, 2000, p. 135); b) enunciado como sendo “aquela unidade do discurso que está posto, que está inserido, presente, querendo nos dizer, nos revelar algo sobre o saber dos homens. Sobre como os homens constroem sua relação em sociedade” (Silva, 2011, p. 38); e c) discurso como prática social, visto que “o discurso é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo o mundo em significado” (Fairclough, 2016, p. 95). Em síntese, o Projeto Político Pedagógico ao apresentar uma determinada visão de mundo, uma concepção de formação humano-profissional e componentes curriculares diversos, indicam as direções pelas quais as práticas sociais desses cursos compreendem o processo formativo de docentes e o lugar da modalidade EJA nesse processo.

A seguir, são apresentadas as análises referentes aos desafios da formação do professor para a EJA.

### **Desafios da formação do(a) professor(a) para a Educação de Jovens e Adultos**

Vale iniciar afirmando-se que não é obrigação, nos cursos de Pedagogia, ofertar formação específica para a modalidade da EJA, pois, tradicionalmente, esses cursos têm investido esforços na fase obrigatória da educação básica, especialmente, para a atuação na educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental, sobretudo na fase obrigatória.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica, conhecida como BNC-Formação, em seu artigo 6º, apresentam, como um dos princípios relevantes da formação inicial de professores:

a formação docente **para todas as etapas e modalidades da Educação Básica** como compromisso de Estado, que assegure o direito das crianças, **jovens e adultos** a uma educação de qualidade, mediante a equiparação de oportunidades que considere a necessidade de todos e de cada um dos estudantes (Brasil, 2019, p. 3, grifo nosso).

Apesar de a BNC-Formação sugerir a habilitação docente para todas as modalidades, o foco das licenciaturas em Pedagogia não tem a EJA como meta principal. Entre os motivos, aponta-se o quantitativo de estudantes matriculados na educação básica obrigatória, muito superior em relação àqueles que estão

fora dessa fase, como atestam os dados do INEP (2025), anteriormente citados. Outra hipótese possível estaria relacionada à tradição dos cursos de Pedagogia em formar docentes para atuarem junto a crianças e adolescentes. Há 20 anos, Soares e Simões (2004, p. 27), ao analisar o protagonismo que a EJA vem assumindo a partir dos anos 2000, ressaltam o seguinte discurso: “as ações das universidades com relação à formação do educador de jovens e adultos ainda são tímidas se for considerada, de um lado, a relevância que tem ocupado a EJA nos debates educacionais e, de outro, o potencial dessas instituições como agências de formação”.

Apesar disso, enquanto um direito constitucional e obrigação do Estado, a EJA apresentou avanços durante os governos Lula da Silva (2003 a 2010) e Dilma Rousseff (2011 a 2016), adquirindo significativos avanços nos modos de pensar e fazer a presente modalidade (Barbosa; Souza; Lino, 2018). Porém, ao observá-la enquanto uma prática social, a EJA continua a permanecer à margem das políticas públicas para a educação, mesmo considerando os altos índices de analfabetos existentes no Brasil<sup>22</sup> e o grande contingente de jovens e adultos que ainda não concluíram a educação básica, ou seja, 68 milhões de acordo com os dados do Ministério da Educação (Brasil, 2024).

Segundo os dados expostos no Quadro 2, a EJA é responsável por 5% do total de matrículas na educação básica, uma vez que se refere a mais de dois milhões e trezentos mil estudantes acima de 15 anos que procuram os bancos escolares para continuar e concluir seus estudos.

No discurso de Arroyo (2022, p. 35), os sujeitos da EJA são caracterizados como sendo vítimas de um *apartheid*, cujos enunciados expressam a condição histórica desses como “[...] trabalhadores empobrecidos, negros, mulheres, jovens, até adolescentes e crianças. Até as escolas públicas e seus profissionais [...]”. Esses enunciados reforçam os dados oficiais que revelam a maioria dos sujeitos da EJA em situação de analfabetismo e educação básica incompleta são os sujeitos pretos e pardos.

No Quadro 2 apresentamos dados sobre a matrícula na modalidade, vejamos:

**Quadro 2** – Matrículas na Educação de Jovens e Adultos em 2023

| Nº Matrículas   | Números reais | %      | Observação |
|-----------------|---------------|--------|------------|
| Educação Básica | 47.088.922    | 100,00 |            |

<sup>22</sup> 7% Segundo Censo 2022 (IGBE, 2024).

Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/40098-censo-2022-taxa-de-analfabetismo-cai-de-9-6-para-7-0-em-12-anos-mas-desigualdades-persistem>

|                                    |           |       |                                                          |
|------------------------------------|-----------|-------|----------------------------------------------------------|
| Educação de Jovens e Adultos (EJA) | 2.391.319 | 5,08  | Em relação ao total de matrículas da Educação Básica.    |
| EJA – Ensino Fundamental           | 1.414.929 | 5,44  | Em relação ao total de matrículas no Ensino Fundamental. |
| EJA – Ensino Médio                 | 976.390   | 12,53 | Em relação ao total de matrícula no Ensino Médio.        |

**Fonte:** Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Sinopse Estatística da Educação Básica 2024. [online]. Brasília: Inep, 2025.

O discurso que se faz presente no quadro acima de matrícula, bem como, nos dados apresentados nos parágrafos e notas de rodapés anteriores, revelam um enunciado pelo qual, há demanda de público para a EJA no Brasil, e, para isso, a necessidade dos cursos de licenciatura, em especial, os de Pedagogia, contemplar a formação de professores para esta modalidade.

Logo, sob o ponto de vista das licenciaturas, compreender a EJA como espaço de atuação do professor significa romper com o entendimento de que esta modalidade não se limita apenas ao processo de alfabetização, bastante propagado desde a década de 60 do século XX. Devido aos altos índices de analfabetismo de pessoas acima de 15 anos, desde aquela época, tratar da educação de jovens e adultos circunscreveu-se à ação pedagógica de alfabetizar esse contingente populacional.

Dessa forma, “qualquer um” que soubesse ler e escrever seria considerado habilitado para tal intento. Reportando-se a Paiva (2003), identifica-se que, desde a Segunda República (1930-1936), o ensino primário (hoje equivalente à primeira fase do Ensino Fundamental) era ministrado, na maioria das vezes, por professoras sem formação inicial e continuada, conhecidas a partir do enunciado de “professoras leigas”.

Essa herança influenciou a Educação de Jovens e Adultos, principalmente por meio dos programas oficiais de alfabetização promovidos pelo governo federal, dando origem à categoria de professores *leigos*. A partir da década de 1920, no país se iniciou a luta pela qualificação do magistério primário, majoritariamente exercido por professoras leigas. Estados, municípios e entidades privadas promoveram cursos de formação e aperfeiçoamento direcionados a esses professores, como cursos de emergência em período de férias e semanas pedagógicas, com caráter mais contínuo, segundo Paiva (2003).

Destarte, a partir do discurso sobre a formação do professor para a EJA, o que se observa, ao longo da história, é que tal formação, na maioria das vezes, foi assumida por entidades que promovem essa modalidade educativa, a exemplo de alguns cursos de licenciatura em Pedagogia e dos movimentos sociais

que atuam no campo da educação. Apesar disso e dos avanços obtidos, nos últimos anos, no campo das políticas públicas, a formação de professores ainda é desafiante no cenário contemporâneo. Mas por quê?

Ao se reportar ao Quadro 01, numa primeira observação, é possível afirmar que as nove universidades federais, com campi nas capitais nordestinas, com exceção da Universidade Federal do Maranhão<sup>23</sup>, ofertam componentes curriculares alusivos à EJA, inclusive de natureza obrigatória, em seus cursos de licenciatura em Pedagogia.

Observa-se, também, que a Universidade Federal da Paraíba oferece dois cursos de Pedagogia, sendo um funcionando em três turnos, com área de aprofundamento em EJA e Educação Especial, e outro no noturno, com ênfase em Educação do Campo. Ambos os cursos, no entanto, possuem componentes curriculares obrigatórios sobre a modalidade.

A oferta da disciplina EJA, na maioria dos cursos, concentra-se entre o quinto e o oitavo semestres, com exceção da UFPI, Campus de Teresina, cuja oferta acontece no terceiro semestre. O curso de Pedagogia da UFPB, com uma das áreas de aprofundamento em EJA, destaca-se por oferecer quatro disciplinas sobre a modalidade, seguido pela UFMA com três, UFPI, UFPE e UFAL com duas, e UFC, UFRN, UFPB (com área de aprofundamento em Educação do Campo), UFS e UFBA, com apenas a oferta de um componente curricular obrigatório.

Embora os cursos de licenciatura em Pedagogia juntos, ofertem mais vinte disciplinas sobre EJA, constatou-se, que a carga horária é diferenciada, no mínimo 15 horas, no caso da UFPE, e, 75 horas, no caso da UFPI. O que se constata na prática discursiva dos cursos observados é que, a média da carga horária para a formação de professores para atuar na EJA é de 60 horas, com no mínimo, um componente curricular obrigatório.

Apesar de a carga horária dedicada à EJA, na maioria dos cursos pareça insuficiente, considerando a complexidade que é esse campo de conhecimento, os Projetos Político-Pedagógicos desses mesmos cursos reafirmam o compromisso de formar profissionais comprometidos com a escola (seja pública ou privada), de qualidade e com visão crítica, cooperativa, ética e conhecimento fundamentado, com habilidades para levantar problemas e, principalmente, propor alternativas de intervenção para a

---

<sup>23</sup> Nessa IES, o componente curricular Fundamentos da Educação de Jovens e Adultos, destinado aos estudantes de Pedagogia no turno da tarde, é optativa.

educação básica no Brasil. Este discurso está presente nos PPPs da UFAL (2019), UFC (2014), UFRN (2017), UFPB (2006; 2018) e UFBA (2012). Essa formação compromissada com a escola se alinha ao fato de que o magistério tem sido a principal atividade dos pedagogos, especialmente nas redes públicas de ensino, conforme asseguram Barbosa, Souza e Lino (2018).

Outro dado importante é o discurso da interdisciplinaridade presente em determinados componentes curriculares (Quadro 3), que abordam a EJA como um de seus conteúdos, presentes no ementário. Esses dados foram constatados na área de Ensino (Didática, Estágios Supervisionados, Práticas de Ensino e Metodologias específicas).

Nesse caso, os componentes curriculares na área de Didática e Práticas de Ensino Específicas, dos cursos de Pedagogia da UFPI, UFAL e UFS, não se identificou referência à EJA, em seus ementários, como um tópico ou subtópico<sup>24</sup> a ser estudado no processo formativo inicial de professores para os anos iniciais do Ensino Fundamental. Para os demais cursos, identificamos que a EJA aparece nos ementários de alguns componentes curriculares, por exemplo, a UFRN demonstra um olhar que privilegia a EJA no processo formativo inicial de professores, ao se constatar 11 componentes curriculares, não específicos da EJA, que a abordam em seu ementário, como um de seus conteúdos. Em seguida, os cursos da UFPE e UFBA, com 2 componentes cada e a UFPB e a UFC, com 2 componentes curriculares.

Apesar desse dado relevante, é notório que a EJA, ainda tem encontrado um lugar ainda tímido no processo formativo inicial de professores nos cursos de Pedagogia.

Logo, os dados evidenciam um determinado discurso que, ao abordar a EJA como um dos conteúdos presentes em componentes curriculares cuja modalidade não está diretamente no escopo de sua especificidade, revela a necessidade de também contribuir para o processo formativo de futuros professores que nela poderão atuar nos anos iniciais da educação básica. Vejamos o Quadro 3.

**Quadro 3** – Componentes curriculares do Curso de Pedagogia os quais a EJA se faz presente nos ementários

| INSTITUIÇÃO     | COMPONENTE CURRICULAR                                                                                        |
|-----------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| UFC (Fortaleza) | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Organização e Gestão de Espaços Educativos Não-escolares</li> </ul> |
| UFRN (Natal)    | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Alfabetização e Letramento I</li> </ul>                             |

<sup>24</sup> No caso do curso de Pedagogia da UFMA, não foi possível realizar inferências, uma vez que, na época da consulta, o Projeto Pedagógico Pedagógico não estava disponível em seu site, e, no SIGAA, não havia registros das ementas dos componentes curriculares das áreas analisadas.

|                                  |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |
|----------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|                                  | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Alfabetização e Letramento II</li> <li>• Ensino da Matemática I <ul style="list-style-type: none"> <li>• Ensino da História I</li> <li>• Ensino da História II</li> </ul> </li> <li>• Ensino da Língua Portuguesa II</li> <li>• Ensino de Ciências Naturais II <ul style="list-style-type: none"> <li>• Ensino de Geografia II</li> </ul> </li> <li>• Estágio nos Anos Iniciais Ensino Fundamental</li> <li>• Alfabetização e Organização do Trabalho Pedagógico</li> <li>• Pesquisa e Processos de Inclusão Escolar na Educação Básica</li> </ul> |
| UFPB (João Pessoa)               | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Ensino de Português</li> </ul>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |
| UFPB (João Pessoa) <sup>25</sup> | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Conteúdo e Metodologia do Ensino de Português</li> </ul>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |
| UFPE (Recife)                    | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Metodologia do Ensino de Matemática 2</li> <li>• Estágio Supervisionado no Ensino Fundamental</li> </ul>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |
| UFBA (Salvador)                  | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Estágio 2</li> <li>• Metodologia do Ensino de Matemática</li> </ul>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                |

**Fonte:** Sites das IES. Sistematizado pelo autor, 2025.

O discurso presente na organização das disciplinas dos cursos de licenciatura abordados neste texto revela enunciados que pouco valorizam a EJA, indicando que esses cursos atendem apenas às exigências legais de inclusão da modalidade em seus projetos pedagógicos, sem, contudo, promover um aprofundamento significativo sobre o tema.

Em termos de carga horária total dos componentes curriculares, os destaques são para: UFPB/João Pessoa (com área de aprofundamento em EJA), com 300 horas, seguida da UFMA/São Luís e UFRN/Natal, com 180 horas cada e UFAL/Alagoas, com 168 horas. Nessa direção, o discurso da carga horária denuncia, por exemplo, no curso da UFPB com área de aprofundamento em EJA que, salvo a escolha do discente pela modalidade, os demais têm a opção de cursar apenas um componente curricular obrigatório com 60 horas, sendo as demais optativas. Assim, mesmo com área de aprofundamento, apenas um componente curricular - Ensino de Português -, abordar a EJA como um de seus conteúdos, o que a nosso ver, reforça o discurso de que ainda é modesto o avanço que privilegie a modalidade no processo formativo de professores para os anos iniciais do Ensino fundamental.

Esse fato revela os enunciados da precarização da formação docente para a EJA e reforça a necessidade urgente de repensar tal formação nessa área, tanto nas instituições de ensino superior

<sup>25</sup> Curso Pedagogia com Área de Aprofundamento em Educação do Campo.

quanto nas redes públicas, uma vez que essa situação gera um impacto negativo na qualidade da educação oferecida aos educandos dessa modalidade, majoritariamente oriundos de classes sociais menos favorecidas.

Diante do que os dados anunciam, torna-se imprescindível pensar a formação inicial para os futuros professores desenvolverem competências e habilidades necessárias a atender às demandas específicas da EJA, entre elas, lidar com uma didática específica para a modalidade. No caso do componente curricular Didática para a EJA, apenas os cursos de Pedagogia da UFPI/Teresina e da UFAL possuem componentes curriculares nessa direção. Esse componente curricular é ausente no curso da UFPB (com área de aprofundamento na EJA), por exemplo.

### **Considerações Finais**

Este artigo busca analisar como a oferta de disciplinas nos cursos de licenciatura em Pedagogia de universidades públicas, localizados no Nordeste do Brasil, contribui para a formação inicial de profissionais para atuar na Educação de Jovens e Adultos. Diante dos desafios apresentados, fica claro que a formação de professores(as) para a EJA requer um esforço conjunto entre instituições de ensino, poder público e sociedade civil, pois a oferta de componentes curriculares específicos nos cursos de Pedagogia é apenas o primeiro passo para garantir uma formação de qualidade, sendo necessário também investir em políticas educacionais que valorizem e incentivem a atuação dos profissionais nessa área.

Constatou-se que a oferta de componentes pelos sobreditos cursos visam atender a uma determinação legal que impõe a oferta de tais disciplinas para contemplar uma formação mais generalista sobre o fenômeno da educação, inclusive da educação escolar e suas modalidades presentes na legislação brasileira.

Apesar de o curso de licenciatura em Pedagogia da UFPB/João Pessoa, com área de aprofundamento em EJA, disponibilizar carga horária de 300 horas de dedicação para a formação inicial, fica por outro lado, uma dada ausência na formação dos(as) discentes que não optam em aprofundar sua formação na modalidade.

No caso específico da UFRN/Natal, a existência de 11 componentes curriculares que tem, em seus ementários a EJA, como um de seus conteúdos, revela um dado enunciado, pelo qual a modalidade se faz

presente na formação de todos os seus discentes, assumindo importância e revelando o avanço para reconhecê-la como necessária no conjunto formativo de professores.

Logo, a ênfase em um discurso pela presença da EJA no processo formativo inicial de professores que irão atuar nos anos iniciais da educação básica, se faz necessária para fortalecer a modalidade. Enquanto as IES não enfrentarem a questão da formação inicial, a fim de que docentes possam atuar na EJA, não será possível vislumbrar maiores avanços. A modalidade deveria ser considerada igualmente como prioridade pelas políticas públicas em razão de envolver jovens, adultos e idosos em processo de analfabetismo e apresentar baixa escolarização.

Essa condição pode favorecer a inclusão social de milhões de sujeitos jovens e adultos, de modo que seja possível superar as crises enfrentadas pela EJA, como a necessidade de políticas nas três esferas do poder público administrativo e garantir o direito à educação para todos, independentemente da idade.

## Referências

- ANDRADE, S. J. V. de; SILVA, E. J. L. da; SCORTEGAGNA, P. A. O desafio do ensino remoto com idosos durante a pandemia de Covid-19. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 48, p. e119072, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/2175-6236119072vs01>. Acesso em: 24 abr. 2024.
- ARROYO, M. Formar educadoras e educadores de jovens e adultos. In: SOARES, L. (org.). **Formação de educadores de jovens e adultos**. Belo Horizonte: Autêntica: SECAD-MEC/UNESCO, 2006. p. 17-32.
- ARROYO, M. **Passageiros da noite**: do trabalho para a EJA: itinerários pelo direito a uma vida justa. Petrópolis: Vozes, 2022.
- BARBOSA, C. S.; SOUZA, J. C. L.; LINO, L. A. Formação de professores para a Educação de Jovens e Adultos: desafios curriculares e considerações sobre o direito à educação. **Revista Educação e Cultura Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 41, p. 343-362, 2018. Disponível em: <https://mestradoedoutoradoestacio.periodicoscientificos.com.br/index.php/reeduc/article/view/5064>. Acesso em: 22 abr. 2024.
- BORGES, R. A. S.; SOUZA, A. F. de. Formação inicial docente para atuação na educação de jovens, adultos e idosos. **Quaestio: Revista de Estudos em Educação**, Sorocaba, v. 25, p. e023004, 2023. DOI: <https://doi.org/10.22483/2177-5796.2023v25id4141>.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Parecer CNE/CEB nº 11/2000, de 10 de maio de 2000**. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília, DF: MEC, 2000. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/PCB11\\_2000.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/PCB11_2000.pdf). Acesso em: 29 mar. 2024.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB nº 1, de 5 de julho de 2000**. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília, DF: MEC, 2000. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB012000.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2024.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB nº 1, de 25 de maio de 2021**. Institui Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos nos aspectos relativos ao seu alinhamento à Política Nacional de Alfabetização (PNA) e à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e Educação de Jovens e Adultos a Distância. Brasília, DF: MEC, 2021. Disponível em: [https://www.gov.br/mec/pt-br/media/aceso\\_informacacao/pdf/DiretrizesEJA.pdf](https://www.gov.br/mec/pt-br/media/aceso_informacacao/pdf/DiretrizesEJA.pdf). Acesso em: 25 mar. 2024.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Brasília, DF: MEC, 2019. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2019-pdf/135951-rcp002-19/file>. Acesso em: 15 abr. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Pacto pela superação do analfabetismo e qualificação na Educação de Jovens e Adultos**. Brasília, DF: MEC, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/institucionais/cartilha-pacto-eja.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Documento nacional preparatório à VI Conferência Internacional de Educação de Adultos (VI CONFINTEA)**. Brasília, DF: MEC; Goiânia: FUNAPE/UFG, 2009. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/confitea\\_docfinal.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/confitea_docfinal.pdf). Acesso em: 13 abr. 2024.

BRASIL. Senado Federal. **LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. 7. ed. Brasília, DF: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2023. Disponível em: [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/642419/LDB\\_7ed.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/642419/LDB_7ed.pdf). Acesso em: 05 abr. 2024.

CARVALHO, M. P. **As políticas para Educação de Jovens e Adultos nos governos Lula (2003-2010): incongruências do financiamento insuficiente**. Orientador: César Augusto Minto. 2011. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

DI PIERRO, M. C. et al. Contribuições do I Seminário Nacional de Formação de Educadores de Jovens e Adultos. In: SOARES, L. (org.). **Formação de educadores de jovens e adultos**. Belo Horizonte: Autêntica: SECAD-MEC/UNESCO, 2006. p. 281-291.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. 2. ed. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 2016.

FOUCAULT, M. **Arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Tradução e organização de Roberto Machado. 25. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2008.

FREIRE, P. **A educação de adultos e as populações marginais: mocambos**. Recife: [s. n.], 1958.

IMBERNÓN, F. **Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2006. (Coleção Questões da Nossa Época, v. 77).

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2023**. Brasília, DF: Inep, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-basica>. Acesso em: 21 abr. 2024.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2024**. Brasília, DF: Inep, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-basica>. Acesso em: 15 abr. 2025.

LUCKESI, C. C. O papel da didática na formação do educador. In: CANDAU, V. M. (org.). **A didática em questão**. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

NASCIMENTO, I. E. do. Evasão escolar na Educação de Jovens e Adultos. **Id on Line: Revista de Psicologia**, Jaboatão dos Guararapes, v. 16, n. 61, p. 115-127, 2022. Disponível em: <https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/3515/5541>. Acesso em: 24 abr. 2024.

NUNES, C. do S. C. **Os sentidos da formação continuada de professores: o mundo do trabalho e a formação de professores no Brasil**. 2000. 152 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **CONFITEA V: Declaración de Hamburgo sobre la Educación de Adultos y Plan de Acción para el Futuro**. Hamburgo: UIE/UNESCO, 1997. 26 p.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **CONFITEA VI: Marco de Ação de Belém**. Brasília, DF: UNESCO, 2010. Disponível em: [http://forumeja.org.br/ac/sites/forumeja.org.br.ac/files/CONFITEA\\_VI.pdf](http://forumeja.org.br/ac/sites/forumeja.org.br.ac/files/CONFITEA_VI.pdf). Acesso em: 15 mar. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **CONFINTEA VII: Marco de Ação de Marrakech: aproveitar o poder transformador da aprendizagem e educação de adultos**. Paris: UNESCO, 2023. Disponível em: [https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000382306\\_por](https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000382306_por). Acesso em: 15 abr. 2024.

PAIVA, V. **Educação popular e educação de adultos**. 6. ed. rev. ampl. São Paulo: Loyola, 2003.

RIBEIRO, V. M. A formação de educadores e a constituição da educação de jovens e adultos como campo pedagógico. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 20, n. 68, p. 184-201, dez. 1999. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-73301999000300009>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/WWPtJf49VY89z4yYrkj4pvv/?format=pdf>. Acesso em: 28 fev. 2024.

SCHEIBE, L. Formação dos profissionais da educação pós-LDB: vicissitudes e perspectivas. In: VEIGA, I. P. A.; AMARAL, A. L. (org.). **Formação de professores: políticas e debates**. 3. ed. Campinas: Papirus, 2006. p. 47-61.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. atual. São Paulo: Cortez, 2013.

SILVA, E. J. L. da. **Prática discursiva de formação de professores alfabetizadores de jovens e adultos em uma experiência de educação popular**. 2011. 430 f. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/3831>. Acesso em: 24 abr. 2024.

SILVA, E. J. L. da; BATISTA NETO, J. A formação de professores no Brasil nas superfícies de emergência dos discursos acadêmico e governamental. In: RODRIGUES, A. C. da S.; MOURA, A. S. de;

SILVA, E. J. L. da (org.). **Educação: temas e olhares**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2012. p. 31-59.

SILVA, E. J. L. da; LINS, E. C. de F.; SILVA, K. C. da. Ações de formação continuada para professores da EJA no agreste paraibano. In: SILVA, N. dos S. et al. (org.). **Educação do campo e interconexões**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2016. p. 77-93.

SOARES, L.; SIMÕES, F. M. de A. Formação inicial do educador de jovens e adultos. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 29, n. 2, p. 25-41, jul./dez. 2004. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/25389>. Acesso em: 22 abr. 2024.

SOUZA, I. F. de. **Políticas educacionais e o acesso, permanência e evasão escolar na Educação de Jovens e Adultos no município de Itapeva/SP**. 2020. 151 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2020. Disponível em: <http://tede2.uepg.br/jspui/handle/prefix/3936>. Acesso em: 24 abr. 2024.

SOUZA, J. F. de. **E a educação popular... É o quê?:** uma pedagogia para fundamentar a educação, inclusive escolar, necessária ao povo brasileiro. Recife: Bagaço, 2007.

Licença Creative Commons – Atribuição Não Comercial 4.0 Internacional (CCBY-NC4.0)

**Como citar este artigo:**

SILVA, Eduardo Jorge Lopes da. A oferta de componentes curriculares sobre Educação de Jovens e Adultos em cursos de Pedagogia da região Nordeste. **Revista Educação e Cultura Contemporânea**, v. 23, 2026. Disponível em: <https://mestradoedoutoradoestacio.periodicoscientificos.com.br/index.php/reeduc/article/view/11400>. Acesso em: dd mmm. aaaa.

**Financiamento:** O estudo não recebeu financiamento.

**Contribuições individuais:** Conceituação, Metodologia, Recursos, Software, Visualização, Curadoria dos Dados, Investigação, e Escrita – Primeira Redação: Eduardo Jorge Lopes da Silva. Análise Formal, Administração do Projeto, Supervisão, Validação, e Escrita – Revisão e Edição: Eduardo Jorge Lopes da Silva.

**Declaração de uso de Inteligência Artificial:** Durante a preparação e o desenvolvimento deste manuscrito, não foram utilizadas ferramentas de inteligência artificial. Sendo assim, o autor assume total responsabilidade pelo conteúdo publicado.

**Revisores:** Kátia Maria Farias Meira de Vasconcelos (Revisão de Língua Portuguesa e ABNT).

**Sobre o autor:**

EDUARDO JORGE LOPES DA SILVA é doutor em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco. Professor lotado no Departamento de Fundamentação da Educação/Centro de Educação/ Universidade Federal da Paraíba, Campus I (UFPB). Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE-UFPB) e coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisas de Práticas Educativas na Educação de Jovens e Adultos (GEPPEJA).

Recebido em 29 de maio de 2024

Versão corrigida recebida em 23 de maio de 2025

Aprovado em 12 de abril de 2026